



CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

Vitória palestina na ONU irrita Israel

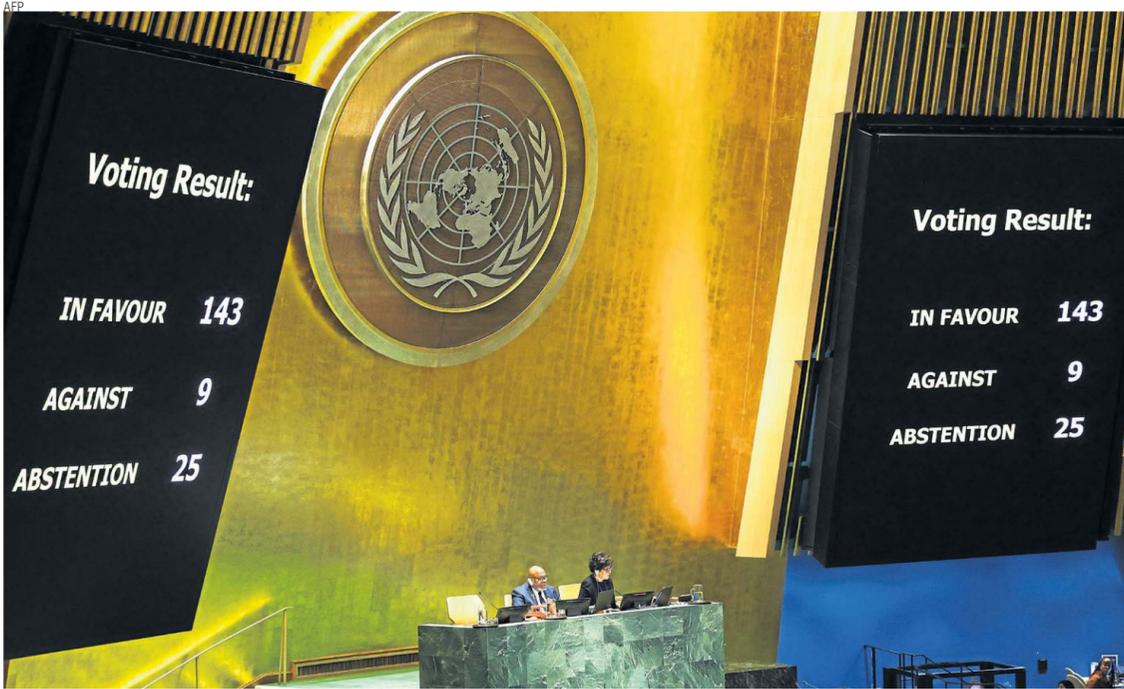
Assembleia Geral aprova resolução que concede direitos adicionais como Estado observador e é favorável à adesão como membro pleno da organização. Medida é simbólica, pois depende de respaldo do Conselho de Segurança, onde já foi vetada

Em mais um dia de intensos bombardeios israelenses à cidade de Rafah, no sul da Faixa de Gaza, os palestinos tiveram, ontem, uma vitória de caráter simbólico na Organização das Nações Unidas (ONU). Por ampla maioria, a Assembleia Geral aprovou uma resolução favorável à adesão da Palestina como membro pleno da organização, numa decisão não vinculante, mas que despertou a fúria do governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. O plenário também concedeu direitos adicionais aos palestinos como Estado observador — sem voto, mas com mais voz.

Apresentada pelos Emirados Árabes Unidos, a resolução foi aprovada por 143 países, inclusive o Brasil. Vinte e cinco se abstiveram e nove votaram contra a medida, entre eles Estados Unidos, Israel, Argentina, República Tcheca e Hungria. Para ser implementada, a aceitação palestina ao grupo de países efetivos dependeria de recomendação positiva do Conselho de Segurança. No mês passado, os EUA vetaram tal medida.

“Estive nesta tribuna centenas de vezes, frequentemente em circunstâncias trágicas, mas nenhuma comparável à qual o meu povo vive atualmente”, disse o embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour. “Nunca houve uma votação mais importante do que a de hoje (ontem), histórica”, acrescentou ele, com a voz embargada pela emoção. Em Ramallah, a Autoridade Palestina declarou que o resultado demonstra que a Palestina “merece ser membro pleno” das Nações Unidas.

Israel, cujo governo rejeita a solução de dois Estados, atacou a resolução, ainda que as medidas previstas sejam simbólicas. “Isso me deixa doente”, reagiu o embaixador israelense Gilad Erdan na tribuna da ONU,



Painel no plenário das Nações Unidas mostra o placar da votação: 143 países apoiam a resolução, entre eles o Brasil



O embaixador israelense Gilad Erdan tritura cópia da Carta da ONU

de onde acusou a Assembleia de “conceder direitos de Estado a uma entidade parcialmente controlada por terroristas”.

“Com esse novo precedente, poderíamos ver representantes do Estado Islâmico ou do Boko Haram sentados entre nós



O representante palestino, Riyad Mansour, celebra o resultado

aqui”, disse ele, em alusão a dois grupos considerados extremistas pela comunidade internacional. “Reduz a Carta (da ONU) a

pedaços. É vergonhoso!”, concluiu. Em protesto, Erdan usou um triturador de papel para destruir o documento.

Divisão

Em nome dos países árabes, o embaixador emiradense, Issa Abushahab, enfatizou que a resolução terá “um impacto importante no futuro do povo palestino”, embora, por si só, “não faça justiça ao Estado palestino”. Em plena guerra entre Israel e Hamas em Gaza, os palestinos, que desde 2012 têm na ONU status de Estado não membro observador, relançaram, no início de abril, o pedido de 2011 de se tornar membro pleno da organização. Precisavam de dois terços dos 193 Estados para aprovar uma resolução — obtiveram 15 a mais.

A votação mostrou a divisão dos países europeus sobre o tema. Além dos que votaram contra, como Hungria e República Tcheca, outros se abstiveram — Áustria, Albânia, Suécia, Romênia, Croácia, Itália, Finlândia, Letônia e Reino Unido, entre outros.

No entanto, o texto concede uma série de “direitos e privilégios adicionais” aos palestinos a partir da 79ª sessão da Assembleia, que se inicia em setembro. Apesar de excluir inequivocamente o direito de voto e de se eleger membro do Conselho de Segurança, o documento permitirá que a Palestina apresente diretamente propostas e emendas sem passar por um terceiro país ou se sentar entre os Estados-membros por ordem alfabética.

Para o governo do premiê Benjamin Netanyahu, trata-se de um prêmio à violência. “A decisão recompensa os assassinos e estuproadores do Hamas e mina os esforços para libertar os reféns (nas mãos do movimento islamista palestino desde 7 de outubro)”, escreveu o ministro israelense das Relações Exteriores, Israel Katz, na rede social X.

Washington advertiu que se o assunto voltar ao Conselho de Segurança, o resultado será “similar ao de abril”.

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

O desafio é ler nas entrelinhas

Na espiral de tensão a que o mundo se vê lançado, em especial nos últimos meses, a capacidade de identificar e decifrar os sinais embutidos em gestos e declarações públicas pode significar a diferença entre tomar as decisões apropriadas ou deixar-se arrastar pelos acontecimentos. A cada nova investida de Israel sobre o território palestino de Gaza, a cada ofensiva (militar ou retórica) da Rússia em sua guerra na Ucrânia, se escondem objetivos que, caso compreendidos, permitem a cada ator determinar a resposta mais conveniente às próprias aspirações e necessidades.

Ainda que distante, aparentemente, o Brasil tem pela frente o desafio de ler nas entrelinhas de palavras e atos que se sucedem no Oriente Médio e na Europa. Disso depende a escolha dos rumos adequados para a condução

da estratégia traçada para a política externa. Porque a diplomacia consiste em conjugar corretamente os verbos descobrir e encobrir, como resume Machado de Assis, pela voz do Conselheiro Aires, no romance *Esau e Jacó*.

Tambores de guerra

A máxima se aplica, por exemplo, aos discursos pronunciados por Vladimir Putin na posse para o quinto mandato e — mais importante — no desfile militar que marcou os 79 anos da vitória na Segunda Guerra Mundial. A cobertura da maioria dos veículos privilegiou o que soa como ameaça ao Ocidente, quando o presidente da Rússia afirmou que suas forças estratégicas — leia-se nucleares — estão sempre em “prontidão de combate”.

No caso, as palavras vieram acompanhadas do anúncio de exercícios para uso de

artefatos atômicos táticos. Eles têm alcance limitado e se destinam a agir contra alvos determinados em um cenário de batalha definido.

Túnel do tempo

A comemoração na Praça Vermelha de Moscou teve bastante mais do que a exibição do arsenal nuclear. Assim como no discurso de posse, Putin fez a ponte entre a derrota da Alemanha nazista e o que chama de “operação militar especial” na Ucrânia. Acusou o Ocidente de fomentar conflitos regionais e buscar a hegemonia em uma ordem internacional unipolar, inspirado pelo fim da União Soviética. Evocou a era bipolar da Guerra Fria, mas lembrou o papel protagonista do Exército Vermelho na vitória sobre Hitler. Sem deixar de valorizar, no entanto, o esforço de aliados como EUA e Reino Unido.

Em resumo, a mensagem de conjunto parece ter sido de que a Rússia está disposta a conviver com um o bloco liderado pelos EUA, reforçado

pelos aliados europeus e asiáticos. Mas não se contenta com uma posição subalterna à da Otan, e se julga capaz de defender os limites que julga “existenciais”.

Amigos para sempre?

É igualmente desafiante o enigma quanto à maneira como Israel responderá à pressão crescente dos aliados de sempre para que evite uma incursão em massa sobre Rafah. A cidade, no sul de Gaza, é o último refúgio para centenas de milhares de palestinos forçados a abandonar suas casas no norte do território. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu finca o pé na decisão de atacar aquele que considera o último reduto do movimento palestino Hamas, cuja aniquilação é um dos objetivos da ofensiva lançada desde outubro passado.

Em particular, chama a atenção a resposta imediata de Netanyahu ao presidente dos EUA, que suspendeu o envio de um lote de bombas a Israel assim que se iniciaram os bombardeios a

Rafah, na semana que termina. Joe Biden aventou com a interrupção do fornecimento de outras remessas de material bélico, caso o aliado não atenda ao chamado para conter o conflito.

Ontem como hoje

O movimento de Biden parece calculado para responder às demandas colocadas para a Casa Branca nas frentes externa e doméstica. A seis meses de enfrentar as urnas, em disputa renhida pelo segundo mandato, o presidente se vê ainda às voltas com protestos nas universidades contra seu apoio a Israel. Teme perder o estratégico voto juvenil, mas olha com igual cuidado para o eleitorado judaico, que pode decidir a parada em um estado crítico, como a Flórida.

Netanyahu dá sinais de que enxerga o dilema, e por isso mesmo se permite confrontar o aliado essencial — ao menos, na retórica. De saída, os armamentos retidos nos EUA não são essenciais para a sequência das

operações em Gaza. Ainda assim, o premiê fez a jura retórica de que Israel “segurará sozinho”, se preciso, e “lutará com as unhas”, se faltarem bombas.

Também ele invocou o passado, aparentemente com destinatário muito bem determinado. Nos anos 1980, o então premiê Menahem Begin — do partido direitista Likud, o mesmo de Netanyahu — respondeu nos mesmos termos a uma ameaça do então senador Joe Biden de propor a suspensão da ajuda a Israel, como sanção à colonização judaica nos territórios palestinos ocupados. Begin apontou a omissão de americanos e europeus durante o Holocausto, a ausência de apoio efetivo na guerra árabe-israelense de 1948 e, como Neyanyahu hoje, prometeu que Israel “lutaria e morreria sozinho”, caso “abandonado”.

Biden, na época, tinha como horizonte o estado de Delaware, pequeno e de sólida tradição democrata. Hoje, o cenário é nacional. E o panorama, bem menos favorável.